

semanas, a Câmara dos Deputados aprovou aumento idêntico. Os planos salariais das duas casas do Congresso serão iguais. Na Câmara, a decisão foi tomada pela Mesa Diretora. No Senado, será preciso passar pelas comissões e plenário. A expectativa dos servidores é de que tudo aconteça em no máximo dez dias.

"A Câmara já tem seu plano de carreira e o Senado não vai deixar de votar o seu", garante o presidente da Casa, Ramez Tebet (PMDB-MS), defensor declarado do reajuste. O senador Roberto Requião (-PMDB-PR) discorda. "Pelo que li do projeto, um motorista do Senado vai ganhar mais do que um general".

Para descobrir quanto receberão os funcionários do Congresso, é preciso percorrer um labirinto de tabelas e gratificações. Tudo começa com o salário base, que vai variar entre R\$ 2.342,23 e R\$ 5.519,66. Sobre o vencimento básico, todos recebem um adicional de 50%, a Gratificação de Apoio Legislativo. E, ainda, uma "gratificação de representação", variável entre R\$ 1 mil e R\$ 1,2 mil.

Rapidez – O projeto foi aprovado pela Mesa Diretora na terça-feira passada. Minutos depois, estava na Comissão de Constituição e Justiça, carimbado como "extra pauta". Isso significa que pode ser votado a qualquer momento mas, como não está oficialmente na pauta, não é preciso distribuir cópias para a imprensa. A reunião da comissão não teve quorum.

Tão discretamente quanto chegou, o plano de carreira voltou para a Mesa Diretora, mas com o compromisso de retornar à CCJ tão logo haja clima e número suficiente de senadores favoráveis. Assim que chegar, um acordo prevê a votação em regime de urgência.

93

Programa ameaçado JORNAL DO BRASIL

2 ABR 2002

ERIKA KLINGL

BRASÍLIA – O atraso na prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) no Congresso vai impedir que 1,7 milhão de crianças passem a receber o Bolsa Escola, segundo cálculos do governo. Elas seriam incluídas este ano no programa, que atende 8,5 milhões de alunos. Os recursos vêm do Fundo de Combate à Pobreza, abastecido pelo imposto. Os estudantes que já recebem o benefício não devem ser prejudicados, mas o secretário executivo do projeto, Floriano Pesaro, diz que novas adesões estão comprometidas. "Não dá para ampliar o programa se os parlamentares não dão recursos."

São necessários R\$ 2 bilhões por ano apenas para pagar os atuais cadastrados, informa Pesaro. Os novos beneficiados custariam mais R\$ 306 milhões. Até agora, há garantia de apenas R\$ 953 milhões. "Há uma grande incoerência dos parlamentares", reclama Pesaro. O orçamento aprovado pelo Congresso em dezembro contava com a cobrança do tributo até 2003 e assegurava verba para manutenção e expansão do Bolsa Escola.

Da alíquota de 0,38% da CPMF, 0,08% vão para o Fundo de Combate à Pobreza. Independ-

dentemente da arrecadação, a Constituição determina que o governo destine R\$ 4 bilhões por ano a programas financiados pelo Fundo. Por isso, assegura o pagamento dos cadastrados. "O governo terá de fazer escolhas. Remanejar custos e cortar outros programas", afirma Pesaro. A bolsa paga de R\$ 15 a R\$ 45 mensais a famílias com crianças entre seis e 15 anos, matriculadas na escola e com renda familiar inferior a R\$ 100 por pessoa.

A Constituição prevê prazo de 90 dias para a cobrança de uma contribuição, depois de aprovada pelo Legislativo. Para haver continuidade na arrecadação da CPMF, válida até 18 de junho, o tributo deveria ter a prorrogação aprovada até 18 de março. A proposta está parada na Câmara. Precisa passar por duas comissões e ser votada em dois turnos pelo plenário. Estima-se um prejuízo de mais de R\$ 4 bilhões aos cofres da União.

Uma das alternativas apresentadas pelo ministro do Planejamento, Martus Tavares, é suprimir a exigência do prazo de 90 dias, uma medida transitória, válida apenas para esse caso. A Advocacia Geral da União (AGU) monta proposta para o Congresso. Não deverá ter apoio. "Seria um precedente perigoso", alega o líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE).